

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A VISITAÇÃO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: REFLETINDO SOBRE AS POSSIBILIDADES E POTENCIALIDADES DE CONTATO COM A NATUREZA

BUENO, Fernando Protti - fernando@rosana.unesp.br

Resumo: Ao relacionar a educação ambiental e a visitação em unidades de conservação, este ensaio pretende compreender as possibilidades e as potencialidades de se desenvolver educação ambiental no processo de visitação as unidades de conservação, especialmente na categoria parques. Isto ocorre devido à necessidade de reflexão acerca do que se pretende com a educação ambiental na visitação às unidades de conservação e quais são os possíveis resultados alcançados por meio desta educação ambiental. Considera-se que a visitação em unidades de conservação representa um importante instrumento para a conservação da natureza, desde que as diferentes possibilidades de implantação de educação ambiental (informal, formal e não-formal) potencializem o elo efetivo entre os domínios cognitivos e afetivos dos sujeitos visitantes, promovendo condições à mudança de valores, atitudes e comportamentos relativos às questões socioambientais, ao outro e a si próprio.

Palavras-chave: Educação ambiental. Visitação. Unidades de conservação.

Abstract: By linking environmental education and visitation in protected areas, this paper attempts to understand the possibilities and potential to develop environmental education in the process of visiting the protected areas, especially in the parks category. This is due to the need for reflection on what is meant by environmental education in visitation to protected areas and what are the possible outcomes achieved through this environmental education. It is considered that the visitation in protected areas is an important tool for nature conservation, since the different possibilities of implementation of environmental education (informal, formal and nonformal) effectively leverage the link between cognitive and affective domains of subjects visitors, promoting conditions for changing values, attitudes and behaviors relating to environmental issues, each other and themselves.

Keywords: Environmental education. Visitation. Protected areas.

Introdução

A visitação em unidades de conservação tem aumentado consideravelmente ao longo dos últimos anos, inclusive a realizada em categorias parques, já que se trata de uma das categorias que, especificamente, tem o contato com a natureza por meio da visitação enquanto um de seus objetivos. Esta visitação pode ser compreendida como um importante instrumento para a conservação da natureza, sendo que em geral, compreende o contato livre e/ou mediado do visitante com a natureza por meio de inúmeras atividades. Assim, esta visitação tem ocorrido em razão da ampliação dos investimentos governamentais às unidades de conservação, do aumento na busca de contato com a natureza especialmente por parte dos residentes em áreas urbanas e da consolidação dessas unidades enquanto possíveis equipamentos para o lazer, bem como efetivos atrativos turísticos.

Na tentativa de relacionar as temáticas de educação ambiental ao contexto da visitação em unidades de conservação, pressente-se a necessidade de reflexão acerca do vasto referencial teórico-metodológico até então produzido, articulada à práxis cotidiana observada ou vivenciada nesses espaços. Contudo, observa-se que tal reflexão demanda não apenas a constatação da existência de um programa de uso público nas unidades de conservação que têm visitação pública e da realização das atividades de educação ambiental como parte desses programas, mas sim a abordagem aos questionamentos de quais são os objetivos, os processos, as metodologias delineadas e empregadas, e de quais foram os resultados alcançados e àqueles que potencializam uma repercussão positiva e concreta, para além da visitação nas unidades de conservação.

Como ponto de partida, a pesquisa desenvolvida por Toledo e Pelicioni (2006) junto aos parques estaduais paulistas, evidenciou que ao criarem programas de educação ambiental as unidades de conservação buscam atingir objetivos abrangentes, tais como proteção a unidade; envolvimento e valorização da comunidade local; promoção do contato direto com a natureza; desenvolvimento de posturas críticas e busca de soluções para os problemas socioambientais; proteção dos recursos naturais; desenvolvimento de atividades junto a alunos e professores; desenvolvimento de projetos de capacitação; melhoria da qualidade de vida da população; e desenvolvimento de conhecimento e o exercício da cidadania.

Para tanto, esta mesma pesquisa (Ibid.) também revelou as formas como estes objetivos foram alcançados, e dentre estas, aquela que mais se relaciona com a visitação, é o desenvolvimento de atividades lúdicas e de sensibilização. Posteriormente, as pesquisas e os postulados por Mendonça (2000), Mendonça e Neiman (2003), Vasconcellos (2004), Neiman (2008) e Neiman (2009) especificamente sobre a visitação em unidades de conservação e o potencial educativo e transformador das condutas humanas no que tange à conservação ambiental revelaram o elevado potencial das atividades de educação não-formal e ao ar livre nesse processo de desenvolvimento de comportamentos sustentáveis, que necessariamente pressupõe uma mediação desse contato.

Em face desse contexto, o presente ensaio pretende refletir sobre os seguintes questionamentos: O que se pretende com a educação ambiental na visitação às unidades de conservação? Quais são os possíveis resultados alcançados por meio desta educação ambiental? Para tanto, tem-se por objetivo compreender o desenvolvimento da educação ambiental no processo de visitação as unidades de conservação, especialmente na categoria parques.

Esse ensaio visa dar subsídio a compreensão das diferentes formas de educação ambiental que, supostamente, são desenvolvidas em unidades de conservação – parques –, à luz do referencial teórico elaborado sobre esse tema e sobre as propostas metodológicas que, também no plano teórico, tem como foco principal a conformação de um referencial para a realização das atividades práticas de educação ambiental, sendo assim, o substrato ainda inicial de uma pesquisa mais abrangente¹.

Para tanto, o presente material utilizou-se do método dedutivo, da metodologia de trabalho monográfico, bem como das técnicas bibliográfica e documental para evidenciar e compreender as intrínsecas relações entre a educação ambiental e a visitação em unidades de conservação, bem como os resultados provenientes de sua aplicação (DENCKER, 2001; MARCONI; LAKATOS, 2004).

Contudo, pressupõe-se ainda que as diferentes atividades desenvolvidas sob o pretexto de educação ambiental em unidades de conservação estejam mais voltadas ao contexto do entretenimento, da aventura e/ou ainda da transmissão de informações, não resultando nos objetivos estabelecidos pelos conceitos de educação ambiental, ou seja, favorecendo de modo diminuto a mudança de comportamento, valores e atitudes nas pessoas em relação às questões socioambientais, o que até certo ponto estimula e potencializa o desenvolvimento da educação ambiental efetivamente comprometida com seus ideais.

Por uma educação ambiental sensibilizadora e transformadora

O surgimento e concepção daquilo que convencionalmente passou a ser considerado como educação ambiental está fundamentada na inter-relação entre a sociedade, a educação e suas interações com a natureza (recursos naturais), sendo, portanto, caracterizado como um fenômeno social, que se originou a partir dos debates acerca do uso desenfreado dos recursos naturais pela sociedade urbano-industrial.

Este contexto foi marcado pela realização de diferentes eventos internacionais que debateram questões acerca das apropriações e uso de recursos naturais em função do desenvolvimento econômico, bem como das atitudes e dos comportamentos humanos inerentes a preservação e conservação do meio ambiente.

Neste sentido, podendo ser considerado um dos principais eventos ambientais mundiais e que especificamente tratou de questões relativas à educação ambiental, a Conferência Intergovernamental de Tbilisi, ocorrida em 1977, definiu a educação ambiental como “[...] um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos” (1977 *apud* SATO, 2002, p. 23-24).

Ao longo do tempo a educação ambiental vem sendo considerada como uma das formas para se pensar e agir em prol da melhoria da qualidade de vida das sociedades a partir do uso, destinação e manejo responsável dos elementos naturais, assumindo, conforme evidencia Guimarães (2001, p. 15; 28), “[...] o importante papel de fomentar a percepção da necessária integração do ser humano com o meio ambiente”, possibilitando “[...] por meio de novos conhecimentos, valores e atitudes, a inserção do

¹ Este ensaio é uma das partes resultantes de uma pesquisa institucional mais abrangente que envolve as etapas de pesquisa bibliográfica e a etapa empírica sobre educação ambiental e a visitação em unidades de conservação, especificamente parques.

educando e do educador como cidadãos no processo de transformação do atual quadro ambiental do nosso planeta”.

Trata-se, enfim, conforme expõe Guerra (2001, p. 318), de “[...] um processo de (re)educação, ou seja, significa que precisamos reaprender a viver e nos (re)integrarmos consigo mesmo, com o outro, na e com a natureza, sentindo, pensando e agindo como partes integrantes dela mesma”. Já que conforme pontuou Serrano (2000) a procura da sociedade pela natureza deve auxiliar os indivíduos a (re)conhecer e a (re)constituir uma relação com a natureza que a herança histórica e sociocultural transformou, deixando de permitir o reconhecimento de pertencimento destes à natureza.

No ponto de vista de Reigota (1998, p. 10), além de transformadora a educação ambiental deveria ser considerada política, pois manifesta e se posiciona diante das realidades socioambientais, reivindicando e preparando os indivíduos para “[...] exigirem justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza”.

Para tanto, segundo Leff (2001, p. 256) “deve-se educar para formar um pensamento crítico, criativo e prospectivo, capaz de analisar as complexas relações entre processos naturais e sociais, para atuar no ambiente com uma perspectiva global [...]”.

Considerando assim, que a educação ambiental se caracteriza por ser multiforme, pois apresenta diferentes meios para se desenvolver, a corrente de educação ambiental da educação ao ar livre que está presente e relacionada entre os naturalistas que incentivavam as caminhadas ecológicas, as trilhas de interpretação da natureza, o turismo ecológico e o autoconhecimento na relação com a natureza (SORRENTINO, 1995 *apud* LEONARDI, 1999) se apresenta como um diferencial, bem como potencial para o contato com a natureza, já que para Leonardi (1999, p. 397) esta corrente se classifica em função do espaço onde é desenvolvida, portanto, a considera enquanto educação ambiental não formal, sendo “[...] exercida em outros e variados espaços da vida social, com metodologias, componentes e formas de ação diferentes da formal [...]”.

Em complemento a este entendimento de educação ambiental não formal, a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999), além de entendê-la como “[...] as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente”, ainda evidencia como os incentivos governamentais ao seu desenvolvimento, a relação desta com “a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação” e com “o ecoturismo²”, oportunizando uma clara relação entre a educação ambiental e a visitação em áreas naturais protegidas, tais como as unidades de conservação e suas categorias parques.

Todavia, o desenvolvimento de ações educativas em visitas em meio à natureza deve ter claro o objetivo educacional relacionado à realidade de cada localidade e/ou população abrangida, bem como deve compor um processo educativo contínuo que resulte em ações e práticas efetivamente transformadoras (TOLEDO; PELICIONI, 2006). Assim, a educação para e com o ambiente, não é nova, sendo

² Apesar da terminologia, bastante convencional, o ecoturismo é caracterizado por Serrano (2000) e Pires (2002) como sendo uma rotulação ampla e indiscriminada, uma espécie de idéia ‘guarda-chuva’, para contemplar um conjunto variado e pouco definido de atividades e de atitudes relacionadas ao turismo e aos ambientes naturais conservados, com especial enfoque às atividades físicas, esportivas e de lazer.

iniciada a partir dos ideais de Rousseau e Freinet (século XVIII) quando se insistia na eficácia do meio ambiente como uma estratégia de aprendizagem (LEONARDI, 1999).

Para Dias (1993, p. 02) a educação ambiental tem “[...] a tarefa de estimular o desenvolvimento de uma nova consciência a respeito das relações do homem com o seu ambiente, e produzir novas condutas capazes de levar as pessoas a se envolverem com as questões ambientais”. Este autor (Ibid., 1993, 2001) pontua ainda que a educação ambiental objetiva gerar conhecimento e compreensão da situação da realidade; habilidades, atitudes, valores e comportamentos aos indivíduos, que em ações e participações sociais, estejam envolvidos em um processo³ de sensibilização e conscientização.

Entretanto, conforme cita Neiman (2008, p. 35, grifo do autor)

os valores ligados à conservação do meio ambiente provêm de algo muito profundo no ser humano. Assim, uma educação que se pretenda ‘ambiental’ deve ser desenvolvida de forma cuidadosa, seguindo uma série de etapas e numa direção bem definida, pois assim, produzirá melhores resultados. Apesar dessa premissa óbvia, tem sido muito difícil definir com clareza quais são essas etapas, o que tem tornado a Educação Ambiental um campo difuso de experiências e resultados incipientes.

Esta difusão de experiências e resultados incipientes se torna ainda mais clara quando se trata da temática de educação ambiental em processos de visitação em unidades de conservação, pois se pressupõem a existência de atividades mencionadas como educativas, mas que são meramente informativas, sob o ponto de vista científico, que estimulam apenas o lado racional/cognitivo ou que se utilizam de abordagens relativas ao adestramento ambiental (Ruscheinsky, 2002); ou ainda atividades desenvolvidas sem o devido planejamento prévio, sem o estabelecimento de objetivos educacionais, sendo tratadas somente como uma ‘brincadeira’ de contato com a natureza, com o intuito único de entreter o visitante⁴, sem reconhecer o potencial educativo intrínseco do contato que se pode ter com a natureza, desvinculando assim as atividades do propósito contido na educação ambiental. Em complemento, Vasconcellos (2004) enfatiza a necessidade de eficiência destas atividades, ressaltando o curto espaço de tempo de interação, bem como a importância dos objetivos vinculados à visitação.

Assim, a educação ambiental não formal em contato direto com a natureza pode possibilitar um maior envolvimento da sociedade com as questões ambientais, sendo que Serrano (2000) e Capra (2003) evidenciam este envolvimento a partir de uma relação vivencial e afetiva em um ambiente multisensorial, voltado à vivência de experiências que estimulem a reflexão e a sensibilidade para a consolidação do aprendizado e a construção de um futuro sustentável. Afinal, conforme postula Neiman (2008) não basta colocar um indivíduo em contato com a natureza para educá-lo, bem como informar sobre os fatores bióticos em uma trilha para se fazer educação ambiental.

³ As expressões sensibilizar e conscientizar as pessoas se tornaram populares, perfazendo o senso comum dos sujeitos, como se, por exemplo, os indivíduos precisassem adquirir consciência externamente a si próprio, não percebendo que este é um processo interiorizar, onde os valores sociais são geridos e incorporados às suas próprias práticas sociais, mas não antes de terem sido tocados profundamente, em termos de sentidos e sentimentos, características do processo de sensibilização (TOLEDO; PELICIONI, 2006).

⁴ Já que o contexto que relaciona lazer, recreação e lúdico são mais amplos, no sentido de preverem processos educacionais e culturais voltados a formação do indivíduo, diferente do entreter que visa apenas à diversão do mesmo.

Acredita-se que é preciso ir além, é preciso trabalhar os domínios racionais (cognitivo) e emocionais (afetivo) para incutir mudanças mais profundas nas pessoas em relação a si, aos outros e ao ambiente. Afinal, de acordo com Mendonça e Neiman (2003, p. 79) para se ter uma visão complexa de mundo é necessário se basear na constante experiência e interação que ocorre entre a razão e a emoção, pois “a partir da idéia de que as emoções dão origem aos pensamentos, e que estes dão origem às ações, observar e considerar as emoções é essencial para a construção de novos pensamentos que darão origem a ações condizentes à realidade”.

Mendonça (2005a, p. 537) corrobora com esta discussão ao considerar que as experiências de contato com a natureza possuem elevado potencial para a interiorização de princípios da educação ambiental, pois “[...] promovem o aprimoramento das relações dos indivíduos, consigo mesmos e auxiliam a tornar conscientes as relações que as pessoas têm umas com as outras e com o meio natural”. Além disso, a autora (2005b, p. 169) ainda evidencia o potencial que estas experiências têm para

[...] ativar um energia mental totalmente nova e levar o visitante a experimentar, a partir da possibilidade e do estímulo à criatividade e à afetividade, novos sentimentos capazes de dar origem a novos pensamentos e, assim, a novas possibilidades de compatibilização e harmonização da presença humana no planeta.

Em complemento, Gaudiano (2007, p. 06) comenta a título de exemplificação que os japoneses ao pensarem em educação para a conservação, levam as pessoas de todas as idades a desenvolverem experiências na natureza, visando experimentar “[...] a ampla variedade de formas de conectar-se com a beleza, a novidade e a fascinação da natureza para estimular sua sensibilidade e reforçar o poder de criatividade e imaginação”.

O sentimento interiorizado e apreendido pelas experiências em contato com a natureza proporciona a possibilidade de geração de novos comportamentos e de novas atitudes nos indivíduos em função daquilo que sentiram, perceberam ou viveram, ou seja, potencializa-se o “[...] elo afetivo entre a pessoa e o lugar [...]” tendo sua postura cultural formada pela sucessão de percepções e de experiências (TUAN, 1980, p. 05), o que sugere que serão as percepções e as experiências que notadamente irão marcar e potencializar as mudanças de valores e atitudes ambientais nos sujeitos, que conseqüentemente, alterarão seus comportamentos socioambientais.

Para tanto, conforme afirma Cascino (1998, p. 09)

o contato com a natureza é sempre uma ruptura. Sentir medo do horizonte, da altura, da profundidade, do vento, do frio, do sol escaldante, do mato fechado, do barulho dos animais, do poder dos insetos, da precariedade e do desconforto remete-nos a rompimentos como nossos comportamentos mais ‘assentados’. E essas rupturas abrem ‘brechas’ para a introdução/construção de novas leituras/discursos sobre o que somos, o que gostamos, o que acreditamos. Romper com formas consagradas de falar, ver e sentir é um caminho saudável de construir o novo. E o novo só aparece quando se lhe dá espaço. Forçar rupturas enfrentando voluntariamente situações inesperadas fundamenta mudanças.

Estas mudanças são geradas, conforme pontua Neiman (2008) pela oportunidade de se experimentar situações relativas aos comportamentos inatos, pois por acionar canais inconscientes pouco explorados pelo cotidiano, provocam sensações de prazer e

bem estar, bem como de dor e desconforto. Contudo, o autor (Ibid., p. 43) enfatiza ainda que “a capacidade de aprendizado do ser humano está ligada à sua emoção; isto significa que, quando se emociona, quando consegue sentir algo mais forte, supera sua tendência à racionalização das situações e abre sua mente para novas informações”.

Neste sentido, os resultados da pesquisa de Neiman (2009) oferecem subsídios que comprovam a existência de uma sensata e produtiva relação entre as estratégias criadas junto à natureza que envolviam medo, fascínio, limitação e insegurança a um grupo de pessoas a partir do momento em que são expostas a situações pouco convencionais ou fora de seu ambiente cotidiano. Concluiu em sua pesquisa (Ibid.) que esse contato com a natureza foi motivador para as mudanças de comportamento em relação às questões socioambientais e, ainda evidenciou a união entre os domínios afetivos e cognitivos na facilitação desta mudança de comportamento. Com isso, enfatiza como elementos fundamentais para o favorecimento da educação ambiental a existência do contato intensivo, do apoio aos indivíduos e da superação de limites.

Assim, este contato da sociedade com a natureza, bem como os elementos fundamentais para o favorecimento da educação ambiental encontram pertinência e potencialidade a partir da visitação em áreas naturais protegidas, no caso brasileiro mais conhecidas como unidades de conservação e, para fins deste ensaio, especificamente voltadas aos parques.

As áreas naturais protegidas são consideradas espaços físicos demarcados para o cumprimento do objetivo primário de proteção (preservação e conservação) de relevantes recursos naturais, tendo em sua concepção moderna, seu surgimento a partir de 1872 com a criação do *Yellowstone National Park*, nos Estados Unidos. A partir deste e do objetivo básico de proteção vigente, outras áreas naturais foram criadas ao redor do mundo, se adequando as realidades e necessidades de cada país, bem como aos processos pelos quais cada instituição formaria para proceder com o gerenciamento destas áreas. A evolução relativa à criação e ao gerenciamento das áreas naturais protegidas foi notadamente marcada pelo avanço no campo da ciência e pelos diferentes intuítos e necessidades colocadas pela sociedade, formulando-se então, distintas categorias de manejo em virtude dos diferentes objetivos de proteção da natureza (BRASIL, 2007a; MILANO, 1997).

Atualmente, as unidades de conservação são uma das tipologias previstas no modelo brasileiro (SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação), derivadas do conceito dos parques nacionais norte-americanos, tendo seu marco em 1937 com a criação do Parque Nacional de Itatiaia e sendo até então, uma das principais estratégias para a proteção da biodiversidade (BRASIL, 2000; BRASIL, 2007a; MEDEIROS, 2006).

Dentre as distintas categorias de manejo previstas no SNUC, destaca-se como foco deste ensaio a categoria parques, pois visa favorecer adequadas condições para a promoção e o incentivo “[...] a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico [...]” (BRASIL, 2000). Notadamente, desde sua criação, algumas das categorias de unidades de conservação, como os parques, já demonstravam especial atenção às questões do lazer, da recreação, do turismo e da educação ambiental nestas áreas. Exemplo disso pode ser obtido em Medeiros (2006, p. 50) quando cita que já nas primeiras linhas do decreto de criação do Parque Nacional de Itatiaia, já estariam representadas as pretensões para atender as finalidades “[...] de ordem turística, que se apresentem em condições de fazer do Parque um centro de atração para viajantes, assim nacionais como estrangeiros”.

Assim, na tentativa de garantir a efetiva proteção da natureza, como forma de valorar ou resguardar os recursos naturais, cada uma das categorias de unidades de conservação passou a adotar critérios e estratégias, bem como regulamentar permissões e restrições quanto ao uso de seus espaços (MEDEIROS, 2006). Segundo o SNUC todas as categorias de unidades de conservação admitem visitação pública, com regras mais ou menos restritivas, como por exemplo, o caso das Estações Ecológicas e Reservas Biológicas, que são as categorias mais restritivas quanto à presença e ao uso humano, pois apenas permitem a visitação pública com fins educacionais. Já as demais categorias, inclusive os parques admitem a visitação pública de acordo com o estabelecido em seus planos de manejo (BRASIL, 2007b).

Acerca da visitação ou também reconhecido como uso público em unidades de conservação, Takahashi *et al* (1997) salientam que em grande parte das unidades, as atividades turístico-recreativas estão restringidas as caminhadas em trilhas e a contemplação da natureza, como formas mais emblemáticas do lazer e da educação em contato com a natureza. Por outro lado, Aoki e Andrade (1997), Takahashi *et al* (1997), e Brasil (2006), ao mesmo tempo que identificam uma série de atividades inseridas neste contexto também fazem recomendações para um melhor ordenamento destas atividades, na tentativa de conciliar a satisfação dos visitantes - maximizando sua experiência com a conservação na natureza e minimizando os impactos nocivos, prioritariamente aos aspectos ambientais.

Considerando o significativo aumento da visitação nas unidades e as múltiplas variedades de públicos visitantes e de possibilidades para o desenvolvimento de atividades turístico-recreativas, Takahashi *et al* (1997) questionam o estímulo ao desenvolvimento de determinados tipos de atividades em função, prioritariamente, dos impactos provocados no ambiente natural, principalmente, quando se tratam de unidades de conservação sem adequadas condições de infra-estrutura, recursos humanos e sem um eficiente processo de planejamento para a gestão da visitação na unidade.

Assim, também diante da crescente procura por novos e diferentes usos, conjugado às mudanças de concepção sobre o planejamento e o gerenciamento da conservação da natureza, as unidades de conservação passam a investir no turismo e na recreação, como forma de estreitar o contato da sociedade com a natureza, bem como de servir como um veículo para a educação ambiental (BRASIL, 2007b; BRASIL, 2008; TAKAHASHI *et al*, 1997).

Com isso, há a iminente necessidade de reflexão acerca desta questão, principalmente tendo-se em vista o aumento da demanda por atividades turístico-recreativas nestas unidades de conservação e o potencial que essas atividades supostamente reservam enquanto processos educativos não-formais, pois conforme pontua Neiman (2009, p. 97, grifo do autor) “[...] nas atividades dirigidas de contato com a natureza [...], os marcos afetivos, gerados pelos contatos sensorial e emocional com a natureza, introduzem uma grande diferença do ponto de vista motivacional contribuindo para a transformação de valores e atitudes na direção *pró-ambiente*”.

Assim sendo, caberia a cada unidade de conservação formular programas e subprogramas de uso público, inseridos em seus planos de manejo, com vistas à estruturação e qualificação da visitação, na tentativa de superar a visão de que o incremento da visitação possa comprometer os objetivos de conservação. Para tanto, há a necessidade de um processo de planejamento, de investimentos em infra-estruturas básicas, de apoio e turísticas, de capacitação de pessoas, de adequadas formas de controle e gestão, de participação e valorização da população local, e de benefícios

econômicos que promovam emprego e renda as comunidades, bem como garantam a manutenção da biodiversidade por incremento da pesquisa científica, entre outros (BRASIL, 2007b).

Este cenário hipotético favorece o afloramento da implantação de programas de educação ambiental junto à visitação nas unidades de conservação, que sem isto também fica refém de alcançar resultados mais positivos.

Como forma de propor indicações básicas a visitação em unidades de conservação, especialmente parques, pontua-se a necessidade de efetuar um diagnóstico da realidade do local, como forma de caracterizar a diversidade de contextos ambientais, sociais e econômicos, bem como a infra-estrutura, os recursos humanos e as possíveis possibilidades de atividades turístico-recreativas a serem desenvolvidas. Como uma das formas de esforço para a proteção da natureza caberá as unidades de conservação implantarem processos e ações preventivas realizadas na forma de educação ambiental. Contudo, o potencial educativo da visitação em contato com a natureza será favorecido à medida que as atividades estejam baseadas nos princípios e objetivos da educação ambiental.

Considerações finais

Refletir sobre educação ambiental e a visitação em unidades de conservação permite rever aquilo que convencionalmente se concebe como educação ambiental, pois se trata de pensar uma proposta para um processo que seja contínuo – apesar do curto tempo disponível para a visitação, bem como do interesse, muitas vezes utilitário da visita –, que evidencie e clarifique os efetivos interesses da ação educativa – e não seja meramente tratado como uma simples brincadeira junto à natureza, sendo para tanto, necessário a utilização de metodologias educacionais sistematizadas –, e, que como todo e qualquer outro meio educativo, promova relações de ensino-aprendizagem, na qual os indivíduos participantes obtenham valiosos resultados, supostamente relacionados, neste caso, aos princípios e interesses da educação ambiental: mudança de valores, atitudes e comportamentos em relação às questões socioambientais, em relação à sociedade e, basicamente, em relação a si próprio.

Sendo assim, considera-se conforme os apontamentos traçados que a mera transmissão de informações, tendo em vista a busca por conhecimento, por mais benéfica que seja, dissociada do domínio afetivo, gera pouca oportunidade de reflexão e de mudança, exatamente por deixar de permitir que as interações afetivas com a natureza estivessem afloradas, deixando de oportunizar, bem como potencializar assim, o alcance aos processos de sensibilização e conscientização, logo não resultando em ações e práticas efetivas de transformação.

Portanto, insiste-se no binômio da educação ambiental como ferramenta para a visitação às unidades de conservação, bem como nesta visitação como instrumento à prática e desenvolvimento da educação ambiental. Para tanto, vê-se como necessário o investimento nos potenciais transformadores que dispõe o contato com a natureza, inferindo-se de modo sutil, sem perder o caráter lúdico, atividades educativas voltadas à contemplação, à interpretação, bem como a experiência dos sujeitos com a natureza e distantes do conforto de seus cotidianos.

Referências bibliográficas

AOKI, Hideyo; ANDRADE, Waldir Joel de. Programa de uso público e seu papel na conservação da natureza. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, I, 1997, Curitiba - Paraná. **Anais...** Curitiba: Unilivre, vol. I, 1997, p. 370-377.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 18 julho 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: 05 ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 27 abril 1999. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em: 05 ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para visitação em unidades de conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dap/_publicacao/149_publicacao26022009041254.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Unidades de conservação do Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007a.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Informe Nacional sobre as Áreas Protegidas no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007b. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dap/_publicacao/149_publicacao15122008105137.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Ministério do Turismo. **Turismo nos parques**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2008. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dap/_publicacao/149_publicacao15122008103259.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2009.

CAPRA, Frijot. Educação. *In*: TRIGUEIRO, André (Coord.) **Meio ambiente no século XXI**: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 19-33.

CASCINO, Fábio. Do turismo convencional ao ecolazer: análise dos fundamentos éticos e estéticos do lazer associado à natureza. **CEDEC**: debates socio ambientais, ano III, nº9, p. 08-10, mar./jun., 1998.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 5. ed. São Paulo: Futura, 2001.

DIAS, Genebaldo Freire. A educação ambiental: valores humanos e estilos de vida sustentáveis. **Boletim Informativo**: desenvolvimento urbano e meio ambiente, ano 2, n.11, p. 02-03, jul./ago. 1993.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 6. ed. São Paulo: Gaia, 2000.

GAUDIANO, Edgar Gonzalez. Educação ambiental para a biodiversidade: conceitos e práticas. *In*: JUNQUEIRA, Viviane; NEIMAN, Zysman (Org.). **Educação ambiental e conservação da biodiversidade**: reflexões e experiências. Barueri: Manole, 2007, p. 03-16.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. 4. ed. Campinas: Papirus, 2001.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEONARDI, Maria Lúcia Azevedo. A educação ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual. *In*: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 2.ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fund. Joaquim Nabuco, 1999, p. 391-408.

MARCONI, Mariana Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2004.

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, v.9, n.1, p. 41-64. Jan./Jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v9n1/a03v9n1.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2009. ISSN: 1414-753X.

MENDONÇA, Rita. A experiência na natureza segundo Joseph Cornell. *In*: SERRANO, Célia (Org.). **A educação pelas pedras**: ecoturismo e educação ambiental. São Paulo: Chronos, 2000, p. 135-154.

_____. Experimentando a sustentabilidade do turismo na natureza. *In*: TRIGO, Luiz G. G. (Edit.) **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: ROCA, 2005a, p. 537-545.

_____. Educação ambiental e ecoturismo. *In*: NEIMAN, Zysman; MENDONÇA, Rita. (Org.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri: Manole, 2005b, p. 154-169.

MENDONÇA, Rita; NEIMAN, Zysman. **À sombra das árvores**: transdisciplinaridade e educação ambiental em atividades extraclasse. São Paulo: Chronos, 2003.

MILANO, Miguel Serediuk. Planejamento de unidades de conservação: um meio e não um fim. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, I, 1997, Curitiba - Paraná. **Anais...** Curitiba: Unilivre, vol. I, 1997, p. 150-165.

NEIMAN, Zysman. Ecoturismo e educação ambiental em unidades de conservação: a importância da experiência dirigida. *In*: COSTA, Nadja Maria Castilho. NEIMAN, Zysman. COSTA, Vivian Castilho. (Org.). **Pelas trilhas do ecoturismo**. São Carlos: Rima, 2008, p. 33-49.

NEIMAN, Zysman. O contato intensivo com o ambiente natural do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR, SP) como gerador de novas percepções. **OLAM – Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, v.9, n.2, p. 64-103. Jan./Jul. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/view/2793/2657>>. Acesso em: 19 jan. 2011. ISSN: 1982-7784.

PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

RUSCHEINSKY, Aloísio. Sociologia das representações sociais e a educação ambiental. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL. 4. 2002, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: UFSC/NUP, 2002, p. 1-16.

SATO, Michèle. **Educação ambiental**. São Carlos: Rima, 2002.

SERRANO, Célia. A educação pelas pedras: uma introdução. *In*: SERRANO, Célia (Org.). **A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo: Chronos, 2000, p. 07-24.

TAKAHASHI, Leide *et al.* Uso público em unidades de conservação. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, I, 1997, Curitiba - Paraná. **Anais...** Curitiba: Unilivre, vol. I, 1997, p. 587-594.

TAKAHASHI, Leide. Uso público em unidades de conservação. **Cadernos de conservação**, Curitiba, v.2, n.2, 2004. 40 p.

TOLEDO, Renata Ferraz de; PELICIONI, Maria Cecília Focessi. A educação ambiental nos parques estaduais paulistas no âmbito das recomendações de Tbilisi. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.1, n.2, p. 57-64. Jul./Dez. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/286/293>>. Acesso em: 19 jun. 2009. ISSN: 1809-4309.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

VASCONCELLOS, Jane M. de O. Avaliação da eficiência de diferentes tipos de trilhas interpretativas no Parque Estadual Pico do Marumbi e Reserva Natural Salto Morato-PR. **Natureza & Conservação**. Curitiba, v.2, n.2, p. 48-57, out. 2004.